



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

APRENDIZAGEM-SERVIÇO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PRÁTICAS PARTICIPATIVAS POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Brenda Gross da Silva¹; Rafaela Bagolin Bez²; Juliana Teodoro³

¹ Universidade Federal do Paraná, bre.grss@gmail.com

² Pontifícia Universidade Católica do Paraná, rafaela.bbez@pucpr.br

³ Pontifícia Universidade Católica do Paraná, juliana.teodoro@pucpr.br

GT 02: Abordagens Participativas para o Enfrentamento de Desigualdades Sociais e Emergência Climática

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão teórico-analítica sobre a extensão universitária enquanto espaço formativo, de escuta e de transformação social, destacando a Aprendizagem-Serviço como abordagem metodológica que potencializa práticas participativas comprometidas com a justiça socioambiental. Ao destacar a Aprendizagem-Serviço (A+S) como metodologia que articula dimensões pedagógicas e sociais, o texto examina suas aproximações com a pesquisa participativa e a ciência cidadã, reforçando a necessidade de uma universidade implicada com os territórios e aberta ao diálogo de saberes. A análise está apoiada em revisão bibliográfica e na experiência situada de uma universidade comunitária vinculada à rede UNISERVITATE, evidenciando caminhos para uma atuação universitária comprometida com a justiça cognitiva e socioambiental diante dos desafios colocados pela crise climática e pelas desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Aprendizagem-Serviço; Extensão universitária; Pesquisa participativa; Justiça socioambiental; Ciência cidadã.

Destaques (highlights)

- A Aprendizagem-Serviço fortalece a extensão universitária como prática de formação crítica e ação transformadora.
- A articulação com pesquisa participativa e ciência cidadã amplia o diálogo entre universidade e sociedade.
- O reconhecimento dos saberes dos territórios desafia as hierarquias epistemológicas da academia.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- A extensão, ancorada em metodologias participativas, contribui para a justiça climática e social.

INTRODUÇÃO

A crise socioambiental contemporânea, marcada pela convergência entre a emergência climática e as desigualdades sociais estruturais, não apenas aprofunda as disparidades territoriais, como também escancara as limitações da forma como o conhecimento é produzido, legitimado e acessado. As dinâmicas do saber seguem atravessadas por relações de poder que reproduzem exclusões históricas e invisibilizam epistemologias plurais, limitando a construção de respostas contextualizadas e justas para os desafios ambientais e sociais (Carvalho, 2025).

Nesse cenário, a universidade é convocada a reavaliar seu papel e a romper com estruturas historicamente elitistas, assumindo um compromisso ativo com práticas emancipatórias voltadas à justiça social e ambiental. Embora a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Brasil, 1996) reconheçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esta última permanece, em muitos contextos, marginalizada nos currículos, nos projetos pedagógicos e na cultura institucional. Essa marginalização se expressa não só pela escassez de investimento e pelo reconhecimento institucional insuficiente, mas também pela ausência de políticas estruturantes que assegurem sua consolidação como dimensão acadêmica legítima (Santos, Pereira e Santos, 2025).

Com frequência, a extensão universitária é interpretada como atividade complementar, assistencialista e desprovida de densidade epistemológica. Essa concepção restringe sua potência crítica e pedagógica, negando-lhe o lugar de espaço legítimo de produção de conhecimento situado. Além disso, revela fragilidades nas práticas extensionistas ainda pouco comprometidas com intencionalidades pedagógicas claras, o que compromete tanto a formação cidadã dos estudantes quanto a capacidade da universidade de dialogar com as demandas concretas dos territórios.

É nesse contexto que a metodologia da Aprendizagem-Serviço (A+S) se apresenta como possibilidade concreta de qualificar a extensão universitária. Ao articular objetivos formativos com ações solidárias vinculadas às necessidades reais das comunidades, a A+S opera por meio de uma pedagogia dialógica e transformadora, cujas raízes se aproximam da tradição freireana, especialmente no reconhecimento do saber popular e na valorização do protagonismo dos sujeitos. Para Freire (1996), educar é um ato político enraizado na realidade concreta dos

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

sujeitos, orientado pela escuta, pelo compromisso com o outro e pela construção coletiva do saber.

Ainda pouco difundida no Brasil, mas consolidada em diversas experiências latino-americanas, a A+S reconhece os estudantes como sujeitos históricos e os territórios como espaços legítimos de produção de conhecimento. Com isso, amplia as possibilidades de uma universidade comprometida com a justiça cognitiva e com a superação das hierarquias epistêmicas tradicionais (Rodríguez-Nogueira, 2020). Seu potencial se intensifica quando posta em diálogo com abordagens como a pesquisa participativa e a ciência cidadã, que compartilham o princípio da construção coletiva do conhecimento e o engajamento direto com os sujeitos dos territórios.

A articulação entre a Aprendizagem-Serviço, como metodologia de extensão, e abordagens como a pesquisa participativa e a ciência cidadã adquire relevância ainda maior diante dos compromissos internacionais com a justiça climática, especialmente no contexto da COP 30. A gravidade da emergência climática e a persistência das desigualdades socioambientais exigem respostas integradas, que mobilizem diferentes saberes e garantam a participação ativa da sociedade civil na construção de alternativas sustentáveis.

Diante desse contexto, este artigo propõe uma reflexão teórico-analítica sobre a extensão universitária enquanto espaço formativo, de escuta e de transformação social, destacando a Aprendizagem-Serviço como abordagem metodológica que potencializa práticas participativas comprometidas com a justiça socioambiental. Ao aproximar essa metodologia dos campos da pesquisa participativa e da ciência cidadã, busca-se contribuir para a construção coletiva do conhecimento, o fortalecimento das comunidades e a influência em políticas públicas orientadas por justiça social e ambiental.

METODOLOGIA

Este artigo tem caráter teórico-reflexivo e propõe uma análise crítica sobre o papel da extensão universitária e da Aprendizagem-Serviço (A+S) como estratégias metodológicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades socioambientais. Parte-se do entendimento de que essas práticas formativas, quando articuladas a abordagens participativas, podem contribuir para a construção de alternativas mais justas e enraizadas nos territórios.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

O percurso metodológico se ancora em revisão bibliográfica e documental, com ênfase em produções acadêmicas latino-americanas que discutem as relações entre universidade, sociedade e justiça social, a partir do diálogo com os campos da pesquisa participativa e da ciência cidadã.

A seleção das fontes priorizou textos publicados a partir de 2014, ano da instituição do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), que estabelece como meta a inserção curricular da extensão universitária na graduação. Esse marco, orienta a análise sobre o papel da extensão na formação acadêmica e sua potência como espaço de produção de conhecimento situado.

No caso específico da Aprendizagem-Serviço, os principais documentos analisados foram produzidos pelo Centro Latinoamericano de Aprendizaje y Servicio Solidario (CLAYSS), referência na sistematização e na disseminação dessa metodologia no contexto da educação superior latino-americana.

As leituras foram organizadas a partir de três eixos analíticos: (i) a marginalização histórica da extensão no campo acadêmico; (ii) o potencial pedagógico e formativo da Aprendizagem-Serviço; e (iii) as convergências conceituais e políticas entre a A+S, a pesquisa participativa e a ciência cidadã.

Embora o artigo não apresente um estudo de caso, sua análise é atravessada por experiências vividas na gestão de projetos extensionistas em uma universidade comunitária vinculada à rede UNISERVITATE. Essa rede reúne instituições de ensino superior católicas que recebem formação, assistência técnica e recursos para a institucionalização da Aprendizagem-Serviço Solidária. Essa vivência permite uma leitura situada das práticas extensionistas, ancorada em processos reais de escuta, articulação e construção coletiva, o que contribui para uma reflexão mais enraizada sobre os desafios e possibilidades da pesquisa participativa no contexto universitário latino-americano.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A extensão universitária no Brasil: avanços e permanências

A extensão universitária no Brasil constitui um dos principais instrumentos de comunicação entre a universidade e a sociedade. Reafirmada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ela tem o potencial de democratizar o acesso ao conhecimento e de mediar processos de transformação social. No



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

entanto, historicamente, a extensão ocupou um lugar periférico nos currículos universitários, frequentemente reduzida a ações pontuais e assistencialistas voltadas a populações vulnerabilizadas, com ênfase na difusão unidirecional do saber acadêmico.

Esse cenário começou a ser tensionado a partir da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, que sistematizou conceitos, diretrizes e práticas para a institucionalização da extensão. Consolidaram-se, assim, princípios como interdisciplinaridade, impacto social e formativo, diálogo com os territórios e articulação com ensino e pesquisa (FORPROEX, 2012). A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), em 2012, reforçou esses fundamentos ao estabelecer a extensão como prática acadêmica e educativa a ser incorporada aos currículos universitários, em consonância com a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014–2024), que define a reserva mínima de 10% da carga horária dos cursos de graduação para atividades extensionistas (BRASIL, 2018). Apesar desses avanços, persistem desafios relevantes: desde resistências institucionais até a falta de políticas consistentes de fomento. A extensão ainda é, em muitos espaços, compreendida como uma ação subsidiária, desvinculada da produção de conhecimento e da formação crítica dos estudantes. Essa limitação compromete a potência da universidade como agente de transformação e diálogo com os territórios.

Aprendizagem-Serviço: uma metodologia situada latino-americana

Nesse contexto, a Aprendizagem-Serviço (A+S) emerge como uma metodologia potente para requalificar a extensão universitária, ao articular, de forma intencional, objetivos formativos com ações solidárias desenvolvidas junto às comunidades. Trata-se de uma proposta que rompe com a lógica da extensão como mera prestação de serviços, e reposiciona estudantes e comunidades como coautores de processos formativos, em uma relação horizontal, dialógica e situada.

Para Tapia (2019), a A+S é uma proposta educativa transformadora que integra a aprendizagem acadêmica com o compromisso social, por meio da escuta ativa, do protagonismo estudantil e da corresponsabilidade. Inspirada na pedagogia freireana, essa abordagem exige que as ações educativas partam da realidade vivida pelas comunidades, sendo planejadas, executadas e avaliadas em diálogo com elas. Não se trata de aplicar conteúdos previamente



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

definidos, mas de construir conhecimento a partir da interação com os territórios e das contradições que os atravessam.

Do ponto de vista metodológico, demanda uma reconfiguração institucional: abertura a saberes diversos, flexibilização curricular, valorização da escuta e revisão das práticas docentes. A ação-reflexão-ação, central no pensamento de Paulo Freire (2001), se concretiza na medida em que estudantes, professores e membros da comunidade se reconhecem como sujeitos históricos, implicados em processos coletivos de transformação.

Experiências consolidadas em diversos países latino-americanos mostram que a A+S favorece o desenvolvimento de competências que extrapolam os conteúdos disciplinares. Entre elas, destacam-se a empatia, a solidariedade, o trabalho colaborativo, pensamento crítico, responsabilidade ética e o engajamento social (CLAYSS, 2022). Além disso, a metodologia fortalece o vínculo entre universidade e sociedade, contribuindo para a valorização dos conhecimentos locais e o empoderamento das comunidades envolvidas. Um estudo realizado por Szkudlarek, Perelló-Díez & Paz-Lourido (2020), na Espanha, evidenciou como a aprendizagem-serviço favoreceu a colaboração entre a universidade e escolas locais, integrando saberes acadêmicos e populares, além de promover a formação de estudantes em competências sociais, cidadãs e de intervenção comunitária em saúde.

Pesquisa participativa e ciência cidadã: convergências metodológicas

As premissas da Aprendizagem-Serviço encontram forte ressonância em abordagens como a pesquisa participativa, especialmente no campo investigativo. Ambas compartilham a aposta na construção coletiva do conhecimento, no protagonismo dos sujeitos e na transformação da realidade como horizonte político e pedagógico. No campo da extensão, a pesquisa participativa tensiona as hierarquias tradicionais da produção científica, deslocando os sujeitos dos territórios da condição de “objeto de estudo” para a de agentes protagonistas do processo investigativo.

Inserida na tradição da educação popular, essa abordagem parte do princípio de que o conhecimento não é neutro nem descolado da realidade. Ele se constitui a partir das vivências, das necessidades e dos saberes dos sujeitos envolvidos, sendo elaborado em processo contínuo de escuta, análise e ação (Schmidt, 2006). A participação ativa da comunidade deve estar



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

presente em todas as etapas do trabalho: da formulação do problema à sistematização dos resultados.

Ao integrar a pesquisa participativa às ações extensionistas, amplia-se a capacidade formativa da universidade e fortalece-se o papel das comunidades na construção de soluções. Mais do que produzir diagnósticos ou relatórios, trata-se de abrir espaço para que os saberes historicamente marginalizados ocupem o centro do processo formativo e da agenda de pesquisa.

Ainda que experiências de Aprendizagem-Serviço estejam consolidadas em diversos países latino-americanos, o campo carece de produções em língua portuguesa que articulem seus fundamentos a uma epistemologia crítica, situada e comprometida com os desafios da América Latina. Essa lacuna reforça a necessidade de aprofundar estudos que dialoguem com pedagogias críticas, ecologias de saberes e construam uma epistemologia do Sul, fortalecendo a produção acadêmica que valorize saberes locais e práticas extensionistas contextualizadas.

Nesse mesmo horizonte, a ciência cidadã também compartilha com a A+S o princípio da democratização do conhecimento. Bonney (1996) a define como uma prática na qual pessoas sem formação científica formal contribuem com dados e, em troca, desenvolvem novas habilidades e compreensões sobre os processos científicos. Cohn (2008) amplia esse entendimento ao incluir o engajamento de voluntários em monitoramentos ambientais e estudos científicos, movidos por motivações sociais e ecológicas.

Embora ainda mais difundida nas ciências naturais, a ciência cidadã pode ser apropriada por diferentes áreas, na medida em que promove a corresponsabilidade social, o engajamento crítico e o reconhecimento da expertise comunitária. Quando articulada à extensão universitária, ela amplia o campo de possibilidades para a participação da sociedade na produção de conhecimento.

A convergência entre Aprendizagem-Serviço, pesquisa participativa e ciência cidadã em ações extensionistas permite um campo de atuação pautado pela corresponsabilidade, pelo diálogo de saberes e pela justiça cognitiva. Mais do que uma sobreposição de metodologias, essa articulação projeta um horizonte epistemológico e político que reposiciona a universidade como agente ativo na promoção da justiça social e ambiental.

Essa articulação adquire especial relevância no contexto da emergência climática e da intensificação das desigualdades socioambientais, que exigem práticas acadêmicas capazes de



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

mobilizar diferentes atores sociais e de articular múltiplas formas de conhecimento. Experiências como a descrita por Vargas-Cruz et al. (2025), com mulheres indígenas na Amazônia colombiana, ilustram esse potencial: ao participarem de um processo de pesquisa colaborativa, essas mulheres ampliaram seus conhecimentos sobre saúde e fortaleceram sua autonomia coletiva na reivindicação de direitos. Paralelamente, os estudantes envolvidos na ação extensionista, ao prestar um serviço alinhado às demandas do território, desenvolveram competências profissionais, sensibilidade social e capacidade de atuação ética e contextualizada.

No Brasil, a curricularização da extensão tem incentivado o surgimento de iniciativas alinhadas a esse paradigma. Estudantes que participam de projetos baseados em A+S demonstram maior capacidade de identificar problemas sociais de forma contextualizada e de propor soluções conectadas às realidades dos territórios (Monforte-García e Arredondo-Trapero, 2021). Esse tipo de formação contribui para deslocar a universidade de uma posição de neutralidade para uma postura crítica e implicada com os dilemas do tempo presente.

A presença ativa da sociedade civil na construção de respostas à emergência climática não pode ser um acessório, mas um eixo central de qualquer proposta formativa comprometida com a justiça. Nesse sentido, a extensão universitária, articulada a metodologias participativas, é uma via potente para tornar a universidade permeável às lutas dos territórios e corresponsável na construção de futuros mais justos e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

A extensão universitária, quando orientada por metodologias participativas e dialógicas, se afirma como espaço legítimo de produção de conhecimento e de formação crítica. Ao integrar ensino e pesquisa a partir das demandas concretas dos territórios, ela amplia o compromisso social da universidade e reposiciona seu papel diante das desigualdades estruturais e da emergência climática.

A Aprendizagem-Serviço, nesse contexto, configura-se como uma mediação metodológica potente. Sua força está na articulação entre a formação acadêmica e o serviço solidário, ambos orientados pela escuta ativa, pelo diálogo de saberes e pela corresponsabilidade. Ao romper com a lógica da universidade como detentora exclusiva do



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

saber, a A+S contribui para a valorização de conhecimentos historicamente invisibilizados e para o fortalecimento das comunidades com as quais interage.

Compreender a Aprendizagem-Serviço como um caminho para a pesquisa participativa é afirmar que os territórios não são apenas cenários de intervenção, mas espaços vivos de produção de sentido. Nesse encontro, os estudantes não apenas aplicam conteúdos, mas constroem vínculos, desenvolvem sensibilidade ética e ampliam sua capacidade de análise crítica diante das contradições sociais. Trata-se de uma formação enraizada na realidade, que convida à implicação política com os problemas do tempo presente.

A pesquisa participativa, quando inserida no campo da extensão, desloca hierarquias e redesenha processos. Ao reconhecer as comunidades como protagonistas da construção do conhecimento, amplia-se o potencial de transformação social e se fortalece a autonomia dos sujeitos envolvidos. Esse reconhecimento não é apenas simbólico: ele altera práticas, desafia estruturas institucionais e favorece a emergência de novos arranjos sociais baseados na colaboração e na justiça cognitiva.

A aproximação com a ciência cidadã amplia ainda mais esse horizonte, ao integrar diferentes atores sociais nos processos de investigação e análise, democratizando o acesso ao conhecimento e estimulando o engajamento coletivo. Embora ainda pouco explorada no campo das humanidades, a ciência cidadã compartilha com a extensão e a A+S o compromisso com a transparência, a participação e o diálogo entre saberes diversos.

A ecologia política, como campo crítico, oferece instrumentos para compreender as raízes das desigualdades socioambientais e desnaturalizar os processos que marginalizam certos grupos e territórios. Ao incorporar essa lente, a extensão universitária deixa de atuar apenas sobre os sintomas e passa a questionar as causas das injustiças, reconhecendo-se como parte dos conflitos e, portanto, como agente de transformação.

Diante dos desafios globais postos pela COP 30 e da urgência em construir respostas integradas para a crise climática, a universidade é chamada a assumir seu papel de sujeito político. Isso implica revisar suas práticas, abrir-se ao diálogo com os territórios e reconhecer a legitimidade de múltiplas formas de conhecimento. A extensão, articulada à Aprendizagem-Serviço, à pesquisa participativa e à ciência cidadã, oferece caminhos concretos para esse reposicionamento.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Assim, mais do que responder às demandas externas, a universidade transforma-se quando escuta, aprende e atua junto aos sujeitos e coletivos que historicamente têm sido silenciados. É nesse encontro, mediado por relações horizontais e compromissos éticos, que reside sua maior potência formativa, acadêmica e social.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Senado Federal.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério da Educação. (2018). *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências*.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192
- Bonney, R. (1996). Citizen science: A lab tradition. *Living Bird*, 15, 7–15.
- Carvalho, K. S. A. de. (2025). Justiça climática e desigualdade socioambiental no Brasil: Quem paga a conta da crise climática? *Revista Ciência Capital*, 1(2).
<https://revista.cienciacapital.com.br/index.php/revistacienciacapital/article/view/7>
- CLAYSS – Centro Latinoamericano de Aprendizaje y Servicio Solidario. (2022). *Aprendizaje y servicio solidario: Propuesta pedagógica para el aprendizaje significativo y la responsabilidad social* (8. ed.). CLAYSS.
- Cohn, J. P. (2008). Citizen science: Can volunteers do real research? *BioScience*, 58(3), 192–197. <https://doi.org/10.1641/B580303>
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). (2012). *Plano Nacional de Extensão Universitária: Política Nacional de Extensão Universitária*. <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (19. ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (20. ed.). Paz e Terra.
- Monforte-García, G., & Arredondo-Trapero, F.-G. (2021). El aprendizaje-servicio, un detonante de la reflexión ética del profesionista. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, 12(34), 196–213. <https://doi.org/10.22201/iissue.20072872e.2021.34.987>



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Rodríguez-Nogueira, Ó., et al. (2020). Significant socio-emotional learning and improvement of empathy in physiotherapy students through service learning methodology: A mixed methods research. *Nurse Education Today*, 90, 104437. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2020.104437>

Santos, A. B., Pereira, C. D., & Santos, V. M. M. (2025). University extension, curricularization and curricular flexibility: A literature review. *Aracê*, 7(4), 20921–20935. <https://doi.org/10.56238/arev7n4-305>

Schmidt, M. L. S. (2006). Pesquisa participante: Alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 17(2), 11–41.

Szkudlarek, A. C., Perelló-Díez, M., & Paz-Lourido, B. (2021). Projetos de aprendizagem em serviço na Espanha: Relato de estratégia de ação remota e possibilidades para a curricularização da extensão universitária no Brasil. *Revista Em Extensão*, 17, 177–188. <https://doi.org/10.14393/REE-v0n00-62567>

Tapia, M. N. (2019). *Guía para desarrollar proyectos de aprendizaje-servicio solidario: Edición 20º aniversario CLAYSS* (1a ed.). CLAYSS. https://www.clayss.org/wp-content/uploads/2023/08/ESP_20aniosCLAYSS_guia_para_desarrollar_proyectos_AYSS.pdf

Vargas-Cruz, S. L., et al. (2025). Estratégia educativa para a prevenção do câncer de colo do útero em povos indígenas: Uma experiência de pesquisa-ação participativa. *Cadernos de Saúde Pública*, 41(4), e00170423. <https://doi.org/10.1590/0102-311XES170423>